

FENOMENOLOGIA HERMENÊUTICA

Um instrumento para a compreensão das representações sociais na mídia impressa

Josiele Sousa da SILVA¹

Resumo: O campo da comunicação, que almeja ser ciência, tem como principal preocupação entender o processo comunicativo como um fenômeno essencialmente simbólico. A Fenomenologia Hermenêutica pode ser um conjunto de procedimentos viável para a compreensão do fenômeno das representações sociais presentes nos textos jornalísticos de O Liberal e Diário do Pará durante o retorno da polêmica sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, registrado no período de 1º de maio de 2009 a 30 de setembro de 2010. A escolha da Fenomenologia Hermenêutica permite o entendimento dos fenômenos a partir das relações sociais estabelecidas em contextos específicos e suas implicações simbólicas.

Palavras-Chave: Fenomenologia. Hermenêutica. Representações sociais. Impresso.

Abstract: The field of communication has as main concern to understand the communication process as a phenomenon essentially symbolic. Phenomenology Hermeneutics can be a set of feasible procedures for understanding the phenomenon of social representations present in the journalistic texts of O Liberal and Diário do Pará about the return of the controversy over Belo Monte Hydroelectric construction, registered in the period of 1 May 2009 to September 30, 2010. The choice of Hermeneutic Phenomenology allows the understanding of phenomena from the social relations in specific contexts and their symbolic implications.

Key-Words: Phenomenology. Hermeneutics. Social representations. News paper.

¹ Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). E-mail: josielesousa@gmail.com.

1. Apresentação

Compreender as peculiaridades dos produtos midiáticos elaborados pelos meios de comunicação (TV, rádio e jornal impresso) é um desafio para o campo da comunicação que ainda almeja ser reconhecido como ciência. Para alcançar este objetivo se faz uso da interdisciplinaridade, ou seja, utilizam-se conceitos e conhecimentos teóricos de diferentes áreas, notadamente das Ciências Sociais e Humanas, conforme explicado por Braga (2001), para se encontrar justificativas sobre a ocorrência dos fenômenos comunicativos. Esta afirmação ganha força quando se considera os produtos midiáticos que retratam assuntos polêmicos como a viabilização de um empreendimento que deverá afetar a vida de trezentas mil pessoas, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará, segundo Costa e Silva (2010)².

O projeto da Usina virou assunto recorrente nas páginas dos jornais O Liberal e Diário do Pará³, no período de 1º de maio de 2009 a 30 de setembro de 2010, por meio de reportagens especiais, entrevistas, notas em colunas especializadas, artigos e matérias factuais. O que se destaca é a relevância dos papéis dos veículos de comunicação, no caso os jornais impressos, como principais responsáveis pela “produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem” (THOMPSON, 1998, p. 19).

Entre esses materiais significativos citados por Thompson (1998) poderíamos considerar as representações sociais cuja (re)elaboração é um processo comunicativo permanente e que se materializa de diversas formas, inclusive em textos jornalísticos produzidos pelos meios impressos. Pela complexidade e importância dos meios de comunicação, são exigidos procedimentos capazes de esclarecer as implicações das representações sociais apresentadas nos produtos midiáticos. Há uma dificuldade de se estabelecer uma metodologia própria do campo da comunicação, segundo Braga (2001). Neste artigo, optou-se por explanar sobre a Fenomenologia Hermenêutica como um possível conjunto de instrumentos capaz de apreender o processo de manifestação das

² O assunto é objeto de estudo do projeto de dissertação “Desenvolvimentismo e Socioambientalismo: uma análise do discurso jornalístico sobre a Hidrelétrica de Belo Monte nos jornais O Liberal e Diário do Pará”, realizado pela autora deste artigo, pelo PPGCOM/UFPA.

³ Os dois jornais são as duas principais publicações impressas do estado do Pará, de forma que realizaram ampla cobertura sobre a nova polêmica em torno da Usina, publicando mais de 350 textos jornalísticos no período de 1º de maio de 2009 a 30 de setembro de 2010.

representações sociais por meio dos produtos midiáticos. Tais procedimentos poderão ser aplicados, posteriormente, em uma aprofundada análise dos textos jornalísticos veiculados por O Liberal e Diário do Pará sobre a nova polêmica em torno da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, o que não será realizado neste artigo por não ser seu objetivo.

A preocupação da autora é explicitar o conceito de Fenomenologia Hermenêutica, abordar as suas origens, suas implicações e principais preceitos como método utilizado em pesquisas científicas. Também será exposto o conceito de representações sociais e sua estreita relação com o processo comunicativo de constituição dos produtos midiáticos. No último tópico deste artigo, a ideia é apresentar um breve esboço de como a Fenomenologia Hermenêutica pode ser aplicada a partir da contextualização do ambiente no qual são formadas as representações sociais na Amazônia e, em específico, no estado do Pará e na Região de Belo Monte.

2. Fenomenologia Hermenêutica como método para o campo da comunicação

A Fenomenologia mostra-se como uma alternativa viável para o entendimento dos processos comunicativos estabelecidos pelos meios de comunicação de massa, bem como para a compreensão das possíveis representações sociais presentes em seus produtos simbólicos/midiáticos. Principalmente quando se considera a sua linha hermenêutica ou interpretativa. A linha hermenêutica da Fenomenologia, com origens na Filosofia, foi inaugurada por Martin Heidegger, autor de *Ser e o Tempo* (1993). Mas antes de apresentar um novo caminho às Ciências Sociais e para a Comunicação, é necessário compreender o surgimento da Fenomenologia e seus principais preceitos.

A Fenomenologia tem as suas origens na Filosofia do estudioso alemão Edmund Husserl (1859-1938), mas a partir dela nasceram diversas vertentes de pensamento, entre as quais a de caráter hermenêutico, elaborada por Martin Heidegger e com seguidores notáveis como Max Scheler, Jean Paul Sartre, Paul Ricoeur e Hans-Georg Gadamer. Segundo Triviños (1987), surgiu em contraposição ao método positivista, que era preocupado com a materialidade dos fatos, mas que acabou por eliminar a introspecção e o interesse pelas causas dos fenômenos. O interesse do espírito positivista “é estabelecer como se produzem as relações entre os fatos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 36). Outra característica intrínseca ao Positivismo é a rejeição do metafísico, aquilo que não pode ser visualizado aos olhos como

objeto concreto. Em oposição à filosofia positivista, o que interessa à Fenomenologia é “o homem como *existência*, como um ser intimamente pessoal” (TRIVIÑOS, 1987, p. 41). Ela dirige a atenção do pesquisador à ocorrência e à natureza dos fenômenos, além de engajar-se na realização de um estudo sistemático dos fatos perceptíveis à consciência humana.

A fenomenologia é o estudo das estruturas da consciência, o que inclui uma correlação entre os atos da consciência e seu objeto (compreendido em sua extensão a mais geral possível) e os diversos estilos e modalidades de presença, manifestados pela consciência. Analisar essas estruturas sob seus aspectos concretos e materiais (social e culturalmente fundamentados) torna a fazer da fenomenologia, científica (GIORGI, 1997, p. 387).

De acordo com Giorgi (1997), a Fenomenologia não é de natureza teórica por não propor hipóteses, conceitos ou categorias relacionadas ao fenômeno estudado. Este método de procedimento “limita-se a uma descrição exclusiva da maneira como o conteúdo do fenômeno se apresenta tal como nele mesmo” (GIORGI, 1997, p.388). A aplicação do método fenomenológico se divide em três etapas: a redução fenomenológica, a descrição e a busca das essências dos fenômenos de forma que se visualize a relação entre sujeito e fenômeno estudado de forma global e estrutural. Conceito-chave da Fenomenologia, a redução fenomenológica convida o pesquisador a visualizar o objeto como ele se manifesta à consciência, além de eliminar “os conhecimentos passados relativos ao fenômeno pesquisado, a fim de estar inteiramente presente nele, tal como ele está na situação concreta em que é encontrado” (GIORGI, 1997, p. 392).

Martin Heidegger, que foi discípulo de Husserl, ofereceu novos caminhos para a compreensão dos fenômenos sociais, ao conjugar a Hermenêutica aos princípios norteadores da Fenomenologia primária. Segundo Nunes (1969), que interpretou a obra de Heidegger, para se tentar alcançar o entendimento da existência e da natureza humana é preciso considerar o homem em diversos níveis, como um ser individual (Ente) com suas características próprias e, ao mesmo tempo, coletivo (*Daisen/Ser-aí*) e cuja atuação depende das relações estabelecidas ao longo da existência com os demais entes na trajetória histórica da Humanidade. O ser individual está ligado ao ser coletivo, não sendo jamais excludentes ou desvinculados da história social e individual.

Heidegger escreveu, entre outras passagens surpreendentes, que a compreensão do Ser, concebida como categoria constitutiva do *Dasein*, não ocorreria se o Ser mesmo não tivesse antes acudido o homem com o socorro de sua verdade. Haverá sempre uma verdade preliminar que possibilita a compreensão dos entes e do mundo (NUNES, 1969, p. 85).

A Fenomenologia Hermenêutica não atenta somente para a ocorrência do fenômeno no momento presente, nem a apenas descrevê-lo conforme a sua manifestação material. Além dessas ações, a linha fenomenológica-hermenêutica configura-se “como uma teoria ou filosofia de interpretação, capaz de tornar compreensível o objeto de estudo mais do que sua mera aparência ou superficialidade” (SILVA, 2010, p. 55). Segundo a autora anteriormente citada, a Hermenêutica mergulha nas aparências expostas dos fenômenos, no caso específico deste artigo, o fenômeno comunicativo da construção das representações sociais presentes nos textos jornalísticos de *O Liberal* e *Diário do Pará* a respeito do retorno da polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esta linha de pensamento filosófico requer a interpretação das representações sociais, presentes em tais textos, construídas na coletividade sob a influência do individual ao longo da História.

A abordagem fenomenológico-hermenêutica, método no qual o sujeito aparece como intérprete do objeto reside no importante papel das pesquisas qualitativas buscarem desvendar ou decodificar subjetivamente o sentido real que está implícito nos textos, palavras, leis, etc., e oferecendo significado a partir da manifestação dos textos e de seus contextos históricos (SILVA, p. 54).

Segundo Arruda (2002), o conceito de representação social nasceu dos estudos realizados pelo sociólogo Émile Durkheim, o qual definia as representações como “um grande guarda-chuva que abrigava crenças, mitos, imagens, e também o idioma, o direito, a religião, as tradições” (ARRUDA, 2002, p.134) de uma sociedade. O conceito foi encampado pela Antropologia, adquirindo uma conotação simbólica, conforme explicou Arruda (2002), estando vinculado à cultura.

A representação social seria uma forma de conhecer típica dessas sociedades, cuja velocidade vertiginosa da informação obriga a um processamento constante do novo, que não abre espaço nem tempo para a cristalização de tradições, processamento que se esteia no olhar de quem vê. A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel. Ao mesmo tempo, diante da enorme massa de

traduções que executamos continuamente, constituímos uma sociedade de sábios amadores (ARRUDA, 2002, p.134).

Xavier (2002) afirma que Serge Moscovici, diferentemente de Durkheim, considera as representações mais que o resultado de ações coletivas, mas construídas socialmente com forte influência das experiências individuais. A constituição das representações sociais é marcada pelo dinamismo e pela bilateralidade. Jamais elas são fixas na linha do tempo, estando em permanente (trans)formação. São consideradas como “forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e, por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo” (XAVIER, 2002, p. 23).

Falar em representação social, portanto, é mais que falar em opinião (individual ou pública), atitude e conduta. Esses elementos estão em um nível de menor sedimentação social, são mais fluidos e contingentes e podem ser, eles próprios, reflexos ou efeitos de representações sociais (XAVIER, 2002, p. 24).

A Fenomenologia Hermenêutica pode explicitar de que maneira tais representações sociais se apresentam e se reconstituem nos meios de comunicação, evidenciando as relações estabelecidas em um determinado contexto histórico-social, além dos sentidos⁴ possíveis a partir da observação dessas representações materializadas nos textos jornalísticos.

3. Comunicação, jornalismo e as representações sociais

Durante muitas décadas, desde quando foram iniciados os estudos dos fenômenos da comunicação, enxergava-se o processo comunicativo como uma manifestação social mecânica, sem a interação contínua e simbólica entre indivíduos. Os paradigmas matemático- informacional e o funcionalista-pragmático, que delinearam boa parte dos estudos de comunicação até a década de 60 do século passado, apresentavam o fenômeno comunicativo como uma simples prática de transmissão de dados/informações de forma que

⁴ Para Temer e Nery (2009), o *sentido* consiste na possibilidade de significação inscrita no signo, o qual pode ser uma palavra, uma fotografia, uma pintura ou escultura. É “o efeito total que o signo foi calculado para produzir e que ele produz imediatamente na mente, sem qualquer reflexão prévia; é a interpretabilidade peculiar de cada signo, antes de qualquer intérprete” (TEMER & NERY, 2009, p.142).

se alcançasse os objetivos almejados pelo emissor. Não se via o receptor como um sujeito ativo, participante, mas sim como um indivíduo passível de manipulação pelo emissor.

A comunicação detém uma determinada função, uma finalidade, no caso, de manter a harmonia das sociedades. Segundo Temer e Nery (2009), dentre os estudos iniciais sobre a comunicação no século XX com a visão mecanicista deste complexo fenômeno social, destaca-se a Teoria da Informação ou Matemática da Comunicação, elaborada pelos matemáticos/engenheiros Claude Shannon e Warner Weaver. Ela preocupa-se com a transmissão de informações entre os seres humanos de forma eficiente. No entendimento desses autores, a comunicação consiste em uma

atividade sensorial e nervosa que inclui a coleta de informações de diferentes partes do ambiente e diferentes partes do corpo, a armazenagem e restabelecimento da informação, a disposição, processamento e avaliação que ocorre no processo de tomada de decisão, a circulação de informações para os centros de ação, especialmente, o preparo de ordens que resultaram no envio de mensagens para o ambiente (SCHRAMM apud GONÇALVES, 1999 apud TEMER & NERY, 2009, p.14).

Já a Teoria do Funcionalismo defende a ideia de que os fenômenos sociais, incluindo a comunicação, mantêm relações de funcionalidade capazes de consolidar a ordem social vigente. As mídias assumiriam um papel fundamental na preservação desta ordem.

O sistema social é entendido como um organismo cujas diferentes partes desempenham funções de integração e manutenção do sistema, e a ação social se baseia na adesão aos valores interiorizados e institucionalizados (TEMER & NERY, 2009, p. 56).

Essas teorias privilegiaram, excessivamente, os meios de comunicação, como se realmente esses pudessem controlar e subjugar os anseios humanos por meio de suas mensagens e não existisse a participação do público como sujeito ativo das relações sociais que determinam a própria constituição dos produtos midiáticos. Os meios de comunicação são definidos como sujeitos autônomos, como se não estivessem inseridos em um contexto social plural composto por vários atores e instituições envolvidos em uma dinâmica complexa. Tais meios são vistos por estudiosos dessas duas correntes teóricas, anteriormente citadas, como se estivessem apenas dedicados em atender aos seus interesses institucionais e de uma determinada classe dominante.

A partir do surgimento e expansão dos Estudos Culturais, da Semiótica e da Análise do Discurso nas pesquisas sobre a comunicação há 40 anos, foi possível estabelecer uma nova visão sobre o processo comunicativo e, principalmente, sobre a natureza dos meios de comunicação. A mídia apresenta-se como relevante, mas não unicamente determinante na construção das representações sociais. Começa a ser vista como potencializadora de visões de mundo, de estereótipos e de condutas normativas na sociedade (re)construídas social e individualmente.

A mídia nos deu palavras para dizer, as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com os nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias (SILVERSTONE, 2005, p. 21).

Os indivíduos passam a ser considerados sujeitos atuantes, capazes de decisões próprias e não teleguiadas.

A recepção está longe de ser passiva, e os trabalhos de Hall mostram um público ativo, imerso em um conjunto de práticas e de consumo cultural influenciado pelas condições econômicas e sociais. (MARTINO, 2005, p. 36).

A comunicação é compreendida como um processo simbólico, no qual se considera como fundamental a troca de valores culturais entre sujeitos, valores estabelecidos nas relações sociais, econômicas, culturais que são também individuais, diárias e históricas. O processo comunicativo constitui-se, desde então, em uma dinâmica de (re)significação permanente de mensagens intercambiadas.

Comunicação, portanto, é mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento. É um produto de um encontro social, um tipo de relação intencional exercida sobre outro indivíduo ou indivíduos, que exige reciprocidade (TEMER & NERY, 2009, p.16).

Estabelece-se uma relação estreita entre comunicação e cultura, considerando nesta proximidade a existência das representações sociais, ainda que os conceitos sejam distintos. A prática social da comunicação é também um ato de construção cultural coletiva e individual por meio da troca simbólica de conteúdos que repercute, amplia e leva a lugares distantes estilos de vida, visões sobre determinados assuntos, estereótipos, padrões de

conduta, ou seja, as representações sociais, levando em conta a atuação dos meios de comunicação como potencializadores desta dinâmica.

As dinâmicas existentes entre comunicação e cultura são compreendidas como pontos em uma escala de infinitas variáveis, dentro da qual é possível fazer aproximações e estabelecer alguns pontos de contato, nunca determinando a sorte dos elementos culturais (MARTINO, 2005, p. 35).

A mídia, seja televisiva, impressa, radiofônica ou a Internet, ganham destaque nos estudos sobre a comunicação em virtude de suas características peculiares. Por muito tempo se concedeu aos meios um poder demasiadamente exagerado. Apesar disso, não se pode negar que os produtos midiáticos têm um papel relevante na produção cultural e, conseqüentemente, na constituição das representações sociais. A centralidade da mídia nos estudos da comunicação justifica-se pela capacidade potencializar, como já foi dito anteriormente, o alcance de tudo o que é divulgado ou que ganha visibilidade por meio de seus produtos. A mídia é um importante objeto mediador de interação social no processo comunicacional e na produção de sentidos.

Pela primeira vez na história, uma sociedade se dotou de um vasto aparato tecnológico-empresarial-cultural- profissional – mítico voltado especificamente para (ou proposto expressamente como sendo para) veiculação de mensagens e para a produção de efeitos de fruição estética ou de entretenimento. Ao mesmo tempo, por sua dimensão, complexidade e diversidade de ações e poder intrínseco, este aparato não pode ser visto como inteiramente a serviço de uma outra determinada ordem de objetivos e processos sociais (BRAGA, 2001, p.22).

Braga (2001) enumera mais duas razões para a elevação do papel da mídia nas sociedades modernas. Boa parte das informações que alcança os indivíduos é (re)processada pelos jornais e pelos noticiários de TV e rádio.

A terceira razão da importância da mídia (além de ter sido o fenômeno estimulador/gerador da percepção e problematização deste ângulo, e da forte presença do mediático nas interações sociais contemporâneas) é o fato de que se trata do fenômeno que põe em causa modos habituais de conversação social – que se fazia e se faz dentro de outros espaços organizados de funcionamento social; e do trabalho acadêmico de iluminar e desvendar a sociedade: política, educação, artes, economia, produção cultural, interações culturais (BRAGA, 2001, p.22).

No caso do jornalismo, conforme evidenciou Kunczik (2001), ele é considerado uma profissão pertencente à comunicação social. Donsbach (1987 apud Kunczik 2001) acredita que o jornalista, como integrante dos meios de comunicação que sai às ruas para captar os fatos da realidade cotidiana, é um dos principais responsáveis na formulação de conteúdo dos produtos jornalísticos/midiáticos, “seja na reunião, na avaliação, na apuração, no processamento ou na divulgação de notícias, nos comentários ou no entretenimento” (DONSBACH, 1987 apud KUNCZIK, 2001, p. 16). Delega-se aos meios de comunicação, incluindo os jornais impressos, um dos focos de atenção deste artigo, “a função precípua de facilitar a comunicação entre os grupos que participam na formação da vontade política, criando assim a opinião pública dirigida” (KUNCZIK, 2001, p. 100), porém não ilimitada como se imaginava.

Silverstone (2005) reforça a relevância da atenção concedida à mídia por ter a capacidade de colaborar para a apreensão da vida ao se apresentar como (re)produtora de bens culturais, no caso, as representações sociais. “Algo como que contribui para a nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir, de partilhar seus significados” (SILVERSTONE, 2005, p. 13).

é no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum (SILVERSTONE, 2005, p. 20).

Assim como é capaz de emitir referências de condutas, de produzir cultura, a mídia é também influenciada pela cultura, esta composta por relações sociais estabelecidas entre os indivíduos em um determinado espaço e um período do tempo, mas não imutável. Tais características relevantes justificam o estudo das representações sociais na mídia sob a Fenomenologia Hermenêutica por tentar-se apreender que sentidos oferecem como espelho de tais relações presentes nos atos de comunicação.

4. O contexto da Amazônia, do Pará e da Região de Belo Monte

Falar da região amazônica não é algo simples em virtude da alta complexidade que delinea a sua constituição. A Amazônia, e neste artigo destacam-se o Estado do Pará e a Região de Belo Monte, consiste em uma das áreas do território brasileiro na qual a

heterogeneidade em diversos níveis - social, econômica, natural geográfica e cultural – é uma marca constante e indiscutível. Várias instituições e agentes oriundos ou situados em espaços distintos da Amazônia e do próprio Pará interagem no esforço de concretizar seus interesses particulares. Eles estabelecem relações sociais que influenciam a dinâmica comunicativa e simbólica de formação das representações sociais materializadas nos produtos midiáticos (jornais, programas de TV e de rádio, sites de notícias e institucionais). Para se compreender o fenômeno comunicativo das representações sociais nos textos jornalísticos publicados pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o retorno da polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é necessário entender as relações sociais estabelecidas na Amazônia, no Pará e, em específico, na Região de Belo Monte. Desta forma, aplica-se a redução fenomenológica sob a ótica hermenêutica para identificar as origens de valores sociais, bem como o processo de constituição dos mesmos e seus sentidos.

De acordo com Loureiro (2005), a formação econômico-social da Amazônia brasileira apresenta elementos constituintes da cultura local, gerados a partir da chegada dos primeiros europeus no território no início do século XVI que se mostram persistentes nas relações sociais locais. Tais relações são baseadas em profundas desigualdades econômicas entre os habitantes, em ideias pré-concebidas/articuladas com o contexto nacional e internacional, que “reproduzem, sem cessar, até hoje, a exclusão de amplas camadas de desfavorecidos da sociedade na região” (LOUREIRO, 2005, p. 21). A Amazônia do Brasil está alicerçada na prática de políticas socioeconômicas de perfil elitista, patrimonialista e que visam à acumulação do capital em detrimento de grupos sociais desfavorecidos, sem que exista uma atenção real em relação ao futuro das populações habitantes da região amazônica, no caso, os ribeirinhos, os índios, os caboclos, os quilombolas e os homens urbanos que não fazem parte de qualquer elite, conforme exemplificou Loureiro (2005). Constantemente se compartilhou a ideia de prosperidade a partir do crescimento econômico e com a geração de emprego para essas populações. Contudo, apenas uma pequena minoria obteve proveito da exploração dos recursos naturais disponíveis na região.

Com destaque para o território paraense, a partir da implementação dos grandes projetos de exploração econômica do Regime Militar (1964-1982), a visão da Amazônia como um “paraíso terrestre” e de “vazio demográfico” repleto de riquezas naturais a serem

usufruídas ganhou mais força. A partir dos anos 70, surgiram grandes empreendimentos, tanto de infraestrutura, na agropecuária e, principalmente, de natureza mineral extrativista. A proposta ilusória do governo federal era possibilitar o acesso mais rápido ao Pará e, conseqüentemente, à Amazônia a partir da abertura das estradas Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, além de promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Na verdade, o que interessava era o rico patrimônio mineral presente no solo paraense.

Em 1975, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já publicava a avaliação regional do setor mineral do Pará, como resultado das pesquisas que fizera nas bacias hidrográficas situadas ao sul do rio Amazonas. (...) Em razão desses estudos, o depósito de minério de ferro de Serra dos Carajás, na Zona do Tocantins, teve as suas reservas estimadas em 18 bilhões de toneladas, constituindo um dos depósitos do mundo com os seus 66% de incidência. Para complementar esse tesouro, foi constatada a existência de diamante, manganês, carvão de pedra, titânio, cobre, ouro, pedras semipreciosas e outros tantos minerais que enriquecem essa província mineral e que assinalam, ainda, nova série de importantes recursos como a cassiterita, tantalita, berilo e mica (MONTEIRO, 2001, p. 77).

Os projetos de exploração mineral, aliados com os de geração de energia elétrica, entre os quais estão Carajás, Trombetas e o Projeto Jari de Celulose e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, respectivamente, geraram dezenas de empregos, novos municípios, mas trouxeram com eles uma série de problemas gravíssimos como a devastação ambiental, inchaço populacional das novas cidades e o aumento da criminalidade no interior paraense. O estado do Pará tornou-se palco de conflitos sociais entre diferentes grupos humanos, incluindo organizações não-governamentais ambientalistas, movimentos sociais e o interesse privado do grande empresariado e de agentes e instituições públicas. Lutas que se perpetuam a cada dia em cada um dos espaços que compõem as seis mesorregiões paraenses (Baixo Amazonas, Sudoeste, Sul, Nordeste e Metropolitana de Belém), conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em cada uma delas, incluindo a região Sudoeste, onde será instalada a futura Usina Hidrelétrica de Belo Monte, existe a disputa em torno da garantia de espaços de sobrevivência, pelo uso da terra para o plantio e atividades pecuárias e pela utilização dos recursos naturais, seja de forma sustentável ou da forma mais degradante. Loureiro (2005) explícita essa dinâmica contraditória e heterogênea que influencia a construção dos

produtos midiáticos das empresas jornalísticas atuantes no Pará, no caso deste artigo, os jornais O Liberal e Diário do Pará, a respeito da nova polêmica de Belo Monte.

o habitante da região vivencia hoje uma crise: sua consciência social encontra-se perplexa, afetada pelas imagens da Amazônia que veem refletidas no mundo – lugar de megabiodiversidade, banco genético, pulmão do mundo, Eldorado moderno, lugar de oportunidades e enriquecimento fácil -, mas também de depedração da natureza e de violência cotidiana contra os mais fracos. Essas imagens e concepções distintas, e por vezes, contraditórias, fazem-no sentir-se como um estrangeiro em sua própria terra, como se não a compreendesse, recebendo lições de vivência, como se precisasse copiar formas novas e mais corretas de viver nela em vez de inventá-las ele próprio (LOUREIRO, 2005, p. 35).

Inserido na microrregião de Altamira, no sudoeste paraense, o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, não diferentemente de outros grandes empreendimentos desenvolvimentistas já implementados no Pará, trará implicações variadas ao destino dos 11 municípios a serem diretamente afetados pela Usina. A microrregião de Altamira é composta pelos municípios de Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e Altamira. Na microrregião, existem 14 Terras Indígenas que envolvem pelo menos seis municípios, somando uma população de 1.337 pessoas que tentam manter a integridade de suas terras. As reservas indígenas chegam a uma área total de 91.058 km² e a permanência delas vive sob a ameaça de invasão por fazendeiros e pela inundação em grande escala após a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, segundo Drummond e Nascimento (2003).

Os municípios da microrregião de Altamira têm como características comuns a precariedade das condições de existência humana: péssima infraestrutura urbana dos municípios, desemprego, baixa escolaridade e deficiência do serviço público de assistência médica. O projeto surge como sinônimo de grande oportunidade de desenvolvimento para a população desses municípios. O nascimento dos 11 municípios da microrregião partiu justamente dos fluxos migratórios de outras localidades do Brasil que buscavam uma vida melhor nos empreendimentos de outrora, principalmente vinculados ao garimpo e à agropecuária e, mais recentemente, à construção de hidrelétricas.

A maioria esmagadora de sua população é pobre e sobrevive em condições quase sub-humanas. Drummond e Nascimento (2003), afirma que, em 1999, conforme os dados do IBGE, somente 40% das ruas do município de Senador Porfírio eram asfaltadas. Outras

idades como Anapu, Medicilândia, Placas e Brasil Novo possuíam apenas 10% de vias pavimentadas. Na microrregião de Altamira, a maioria das escolas é concentrada no município homônimo, segundo os autores, assim como o ensino superior, representado apenas pelos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado Pará (Uepa). Até 2002, no tocante à saúde pública, os 11 municípios da microrregião de Altamira apresentavam a média de menos de dois leitos por mil habitantes, considerada menos da metade do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conforme detalhou Drummond e Nascimento (2003).

Desta forma, a Fenomenologia Hermenêutica constitui-se como um importante instrumento a ser utilizado na compreensão das representações sociais presentes nos textos produzidos pelos jornais o Liberal e Diário do Pará. Os procedimentos desta metodologia oriunda da Filosofia auxiliam no entendimento da gênese desses produtos midiáticos a partir da atenção concedida ao contexto social, às relações interativas entre os diferentes integrantes de uma formação econômico-social complexa e plural, no caso da Amazônia e, em particular, do estado do Pará e da Região de Belo Monte. Desde as suas prováveis origens e os sentidos diversos presentes nos textos jornalísticos que remontam essas relações pré-estabelecidas ao longo da História amazônica.

Considerações finais

A partir deste artigo, foi possível vislumbrar que a Fenomenologia Hermenêutica apresenta-se como um método dotado de um conjunto de procedimentos adequados para a identificação e compreensão das representações sociais presentes nos meios de comunicação e, principalmente, em textos jornalísticos. A Fenomenologia Hermenêutica, inaugurada por Martin Heidegger e ampliada por autores já citados neste artigo, exigirá do observador a constatação do fenômeno pela redução fenomenológica, ou seja, pela apreensão das representações sociais, pela interpretação do pesquisador, na forma como elas se sucedem nos textos, somada às variáveis sociológicas, econômicas, culturais, históricas, entre outros fatores decisivos e identificáveis que as determinaram.

As representações sociais demandam do estudioso o entendimento do processo de constituição, sem esquecer do contexto social do qual fazem parte e as relações estabelecidas entre os indivíduos de um determinado espaço físico onde foram geradas. As

representações sociais trazem em si valores morais, padrões circulantes na rotina cotidiana, visões de mundo que são potencializadas pelos meios de comunicação, incluindo os jornais impressos. Faz-se relevante a descrição desses valores e dos sentidos para a posterior busca de suas origens.

No caso dos textos jornalísticos sobre a nova polêmica de Belo Monte a aplicação dos procedimentos fenomenológicos fará com que o pesquisador tente compreender a realidade complexa da região de Belo Monte, composta por vários agentes e instituições sociais que interagem em uma troca simbólica permanente pelas comunicações diárias e que (re)montam as representações sociais. A partir da Fenomenologia Hermenêutica é possível captar que elementos são fundamentais para a formação dessas representações como resultado das interações diárias na Amazônia, no Pará e na Região de Belo Monte. Mesmo que a Fenomenologia Hermenêutica não pertença ao campo da Comunicação, mas sim ao filosófico, utilizá-la como método de procedimento científico pode ser muito útil e válido por exigir do pesquisador a compreensão, sem limites, do fenômeno comunicativo.

Referências

- ARRUDA, A. **Teoria das representações:** sociais e teorias de gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf> . Acesso em 1º jul. 2011.
- BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. In: **Campo da Comunicação:** caracterização, problematização e perspectivas. Antonio Fausto Neto, José Luiz Aidar Prado, Sérgio Dayrrel Porto (Orgs.) - João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- COSTA, L. M.; SILVA, J. S. Belo Monte e o Discurso Desenvolvimentista na Mídia Impressa Paraense. In: **III Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Barragens**, 2010, Belém/PA. III Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Barragens. Belém : Editora NAEA, 2010. v. 1. p. 111-111.
- DRUMMOND, J. A.; NASCIMENTO, E. Invenção e Realidade da Região de Belo Monte. In: **Amazônia:** dinamismo econômico e conservação ambiental. Elimar Pinheiro do Nascimento e José Augusto Drummond (Orgs.) - Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- GIORGI, A. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, Jean et als. **A pesquisa qualitativa:** enfoques metodológicos, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- HEIDEGGER, M. **Ser e o tempo.** 4a Ed., Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 164-178.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação.** Tradução de Rafael Varela Júnior. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do livro, 2005.

MARTINO, L. S. M. **Comunicação: troca cultural?.** São Paulo: Paulus, 2005.

MONTEIRO, B. **História do Pará.** Belém: Delta Publicidade, 2001.

NUNES, B. Os Círculos de Heidegger. In: **O Dorso do tigre.** São Paulo, Perspectiva, 1969, pp. 79-87.

OLIVEIRA, M.G. **Bakhtin, linguagem e os processos de formação do sujeito:** implicações para uma sala de aula de leitura de textos shakespearianos. Vertentes (São João Del-Rei), v. 31, p. 102-139, 2008. Disponível em http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_31/miria_gomes.pdf. Acesso em 2 ago 2011.

SILVA, H. A. **Abordagem fenomenológico-hermenêuticas.** Revista Eletrônica Ágora (Cerro Grande), ano 5, nº 10, jun.2010. Disponível em <http://www.ceedo.com.br/agora/agora10/indiceagora.html>. Acesso em 1º jul. 2011.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?.** São Paulo. Edições Loyola, 2005.

TEMER, A.C.R.P.; NERY, V. C. A. **Para entender as teorias da comunicação.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, R. **Representação social e ideologia:** conceitos intercambiáveis?. Universidade Federal de Pernambuco. Psicologia & Sociedade; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a03.pdf>. Acesso em 1º jul. 2011.